

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO  
LEI COMPLEMENTAR Nº 1.403, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

**TERMO DE SANÇÃO e PROMULGAÇÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ-RN, no uso de suas atribuições (art. 48, caput, e art. 65, inciso III, da Lei Orgânica Municipal), não identificando qualquer inconstitucionalidade, seja de natureza formal ou material, bem como inexistindo dispositivos contrários ao interesse público, decide **SANCIONAR** e **PROMULGAR** o Projeto de Lei nº 014/2023 do Poder Legislativo do Município de Jardim do Seridó, que “*Cria o cargo comissionado de Gestor de Compras junto ao Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo de Jardim do Seridó/RN, Lei Complementar Municipal nº 1.274/2022 de 16 de março de 2022 e dá outras providências.*”, aprovado pelo Poder Legislativo do Município de Jardim do Seridó, o qual terá a seguinte numeração: Lei Complementar nº 1.403.

Publique-se a Lei Complementar nº 1.403 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de garantir a população o conhecimento sobre a existência da nova lei.

Município de Jardim do Seridó-RN, 21 de dezembro de 2023.

**JOSÉ AMAZAN SILVA**  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.403, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023**

*Cria o cargo comissionado de Gestor de Compras junto ao Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo de Jardim do Seridó/RN, Lei Complementar Municipal nº 1.274/2022 de 16 de março de 2022 e dá outras providências.*

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, APROVOU E EU, JOSÉ AMAZAN SILVA, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE LEI:**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica criado o cargo comissionado de Gestor de Compras Públicas com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

**Art. 2º** O cargo comissionado de Gestor de Compras Públicas será acrescentado e integrado junto ao Grupo Ocupacional: CARGOS COMISSIONADOS do ANEXO II CARGOS DE LIVRE NOMEAÇÃO e EXONERAÇÃO da Lei Complementar Municipal 1.274/2022 de 16 de março de 2022 que passará a vigor da seguinte forma:

**ANEXO II**

**QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Nº	DENOMINAÇÃO	Nº CARGOS	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	VENCIMENTO (R\$)	CARGA HORÁRIA DE TRABALHO
1	Controlador	1	Ensino superior nos cursos de administração, contabilidade, direito ou economia	2.500,00	40 horas semanais
2	Tesoureiro	1	Ensino superior nos cursos de administração, contabilidade, direito ou economia	2.500,00	40 horas semanais
3	Agente de Contratação	1	Ensino superior nos cursos de administração, contabilidade, direito ou economia	2.500,00	40 horas semanais
4	Gestor de Compras	1	Ensino superior nos cursos de administração, contabilidade, direito ou economia	2.500,00	40 horas semanais
5	Chefe de Gabinete	1	Ensino Médio	2.000,00	40 horas semanais
6	Assessor de Comunicação	1	Ensino Médio	2.000,00	40 horas semanais

**Art. 3º** O Gestor de Compras do Poder Legislativo será nomeado em cargo de confiança pelo Presidente da Mesa Diretora, e empossado mediante assinatura do Termo de Posse, no qual se compromete a cumprir fielmente os deveres do cargo.

**Art. 4º** O gestor de compras é pessoa designada pela autoridade competente, para tomar decisões, acompanhar o trâmite afetos ao setor de compras, considerando os seguintes termos:

Reduzir custos de aquisição, relacionados a despesas com obtenção de documentos e certidões, à especificação do objeto detalhada e ao formalismo do processo, fatores que demandam a manutenção de estrutura funcional maior e pessoal especializado; Restringir a licitação a fornecedores pré-qualificados, sem considerar tal medida uma afronta à competição e à isonomia, eis que privilegia a eficiência e a eficácia da contratação; Considerar a reputação do fornecedor como mecanismo para promover melhorias, estabelecendo um sistema de avaliação de fornecedores e formação de cadastro positivo *ouranking*, passível de levar a uma contratação direta, a uma melhor pontuação técnica ou mesmo como condição à habilitação; Reduzir os custos de transação decorrentes do princípio da desconfiança mútua, de custos extras e incertezas que imperam nas contratações públicas, simplificando procedimentos e reduzindo a imperatividade de ações administrativas que geram insegurança ao fornecedor e possível impacto no lucro, reconhecendo que isso não afetará sobremaneira o interesse público se houver um planejamento adequado;

Implementar política de monitoramento do contrato que fixe normas e parâmetros para a clara definição dos comportamentos considerados inadequados ao fornecedor, de modo que a fiscalização se centre na coleta de informações necessárias a verificar, objetivamente, o comportamento do fornecedor, aplicar os incentivos para a melhoria da eficácia do contrato e garantir um desempenho que atenda aos padrões pré-definidos; Tornar obrigatório, como pressuposto do princípio da eficiência das compras públicas, o treinamento sistemático dos servidores responsáveis pelas contratações públicas, incluindo a estruturação das licitações, a detecção de práticas de conluio (conforme recomendação OCDE, 2012b) e a gestão eficaz do contrato, sendo considerada falha grave de gestão administrativa a ausência de programa de capacitação devidamente executado.

**Art. 5º** As regulamentações inerentes ao cargo e ou função nos termos desta lei, serão reguladas por meio de decreto caso necessário.

**Art. 6º** O Gestor de Compras ficará vinculado diretamente a Chefia do Setor de Compras, Contratos e Licitações.

**Art. 7º** O Gestor de compras e a Comissão de Contratação poderão contar com o órgão da procuradoria jurídica e controle interno para o desempenho das funções essenciais a execução da disposição da Lei Federal, 14.133/2021.

**Art. 8º** A comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

**Art. 9º** Poderá o Chefe do Poder Legislativo, por sua única e exclusiva discricionariedade realizar a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão de contratação e agente de contratação;

**Art. 10º** Fica o Poder Legislativo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis para o fiel cumprimento da presente lei;

**Art. 11º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros**, em Jardim do Seridó/RN, 21 de dezembro de 2023.

**JOSE AMAZAN SILVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fágner Silva de Azevedo  
**Código Identificador:**A8751C53

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 22/12/2023. Edição 3186

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>

# DIÁRIO OFICIAL

DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



DIARIOOFICIAL.FECAMRN.COM.BR

RIO GRANDE DO NORTE, QUARTA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO DE 2023 - ANO: VI - EDIÇÃO Nº: 1806

APURAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

QUADRO 01													
DESPESA FUTURA													
FUNÇÕES/NÚMERO DE VAGAS		MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CUSTO MENSAL POR FUNÇÃO E NÚMEROS DE VAGAS							IMPACTO ORÇAMENTÁRIO EM CONFORMIDADE COM ART. 16, I, LC 101/2000				
CARGOS	VAGAS OCUPADAS	VENCIMENTO BÁSICO	RELAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL À QUANTIDADE DE VAGAS	OUTRAS VANTAGENS INERENTES AO CARGO	SALÁRIO FAMÍLIA RPPS	13º SALÁRIO 1/12 AVOS	1/3 DE FÉRIAS 1/12 AVOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL (21% INSS - 14% JARDIMPREV)	CUSTO MÉDIO MENSAL POR FUNÇÃO	TOTAL DA DESPESA EM 2024	TOTAL DA DESPESA EM 2025	TOTAL DA DESPESA EM 2026	TOTAL DO IMPACTO EM CONFORMIDADE DO ART. 16, I, LC 101/2000
(e)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(l)	(m)	(n)
GESTOR DE COMPRAS	1	2.500,00	2.500,00	-	-	208,33	69,44	568,75	3.346,53	40.158,33	40.158,33	40.158,33	120.475,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.500,00</b>	<b>2.500,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>208,33</b>	<b>69,44</b>	<b>568,75</b>	<b>3.346,53</b>	<b>40.158,33</b>	<b>40.158,33</b>	<b>40.158,33</b>	<b>120.475,00</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DE MEMÓRIAS DE CÁLCULO:  
QUADRO 01

- (a) Cargo a ser criado  
 (b) Quantidade de servidor que ocupará este cargo;  
 (c) Vencimento Básico de cada cargo  
 (d) vencimento básico de cada cargo x vaga  
 (e) Outras vantagens que incidem sobre a remuneração do cargo, tais como: quinquênio, mudança de nível, incapacidade e periculosidade;  
 (f) Salário família RPPS - Regime Próprio de Previdência. Não é contabilizado para efeito de 13 salário e 1/3 de férias  
 (g) Custo mensal do 13º Salário, fórmula matemática utilizada: (d+e)/12  
 (h) Custo mensal do 1/3 de férias, fórmula matemática utilizada: (d+e)/12/3;  
 (i) Custo mensal da Contribuição Patronal para o RPPS e INSS, fórmulas matemáticas utilizadas: ((d)+(e)+(f)+(g)+(h))\*14,00% e ((d)+(e)+(f)+(g)+(h))\*21,00%;  
 (j) Custo médio mensal de cada cargo, fórmula matemática utilizada: (d)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i);  
 (k) Impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2024, fórmula matemática utilizada: (j)\*12  
 (l) Impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2025, fórmula matemática utilizada: (j)\*12  
 (m) Impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2026, fórmula matemática utilizada: (j)\*12  
 (n) Custo total do cargo criado para 2024, 2025 e 2026, fórmula matemática utilizada: (k)+(l)+(m)



## DECLARAÇÃO

Eu, CÁSSIO LÚCIO JESUS CUNHA DE MEDEIROS, portador do RG nº 2.833.043-SSP-RN, CPF nº 070.306.694-36, Chefe do Poder Legislativo Municipal, DECLARO que a Câmara Municipal de Jardim do Seridó, tem adequação orçamentária e financeira para suportar o aumento da despesa com pessoal ao cumprir com o disposto no Projeto de Lei nº 014, de 18 de dezembro de 2023, que cria o cargo comissionado de Gestor de Compras e que a realização do mesmo tem compatibilidade com as peças de planejamento governamental, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, conforme estabelece os arts. 16, 17 e art. 21 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Jardim do Seridó– RN, 18 de dezembro de 2023.

CASSIO LUCIO  
JESUS CUNHA DE  
MEDEIROS:070306  
69436

Assinado de forma digital  
por CASSIO LUCIO JESUS  
CUNHA DE  
MEDEIROS:07030669436  
Dados: 2023.12.19 11:36:27  
-03'00"

**CÁSSIO LÚCIO JESUS CUNHA DE MEDEIROS**

Presidente Biênio 2023 - 2024